

Um grande aliado nas lutas por melhorias para os médicos



Debate dos candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte



Médicos federais: movimento vitorioso



Investimento cada vez maior nas mídias sociais



Movimento em defesa da saúde suplementar, em Minas



Wanda Luiza, ganhadora do sorteio



Cristiano, na cerimônia de posse do CNS

LUTAS SINDICAIS

Médicos da PBH e Betim fazem a primeira AGE do ano e expõem problemas ainda não resolvidos

PÁG 3

Em Santa Luzia, médicos do PSF foram sumariamente exonerados e lutam por pagamentos e direitos

PÁG 4

Em Sete Lagoas, médicos também lutam para receber salários e direitos que não foram pagos

PÁG 4

PÁGINAS 5, 6, 7 e 8

2012 foi um ano de muito trabalho no Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, em busca de novas conquistas salariais e melhorias nas condições de trabalho dos médicos da capital e interior.

A atuação do departamento Jurídico foi destaque, fechando o ano com média de 300 atendimentos por mês, nas áreas do direito administrativo, previdenciário e trabalhista, o que mostra a confiança da categoria nos

serviços oferecidos, mas também a necessidade de estar atento às precariedades que cercam o trabalho do médico. Na retrospectiva desta edição, trazemos as principais vitórias do departamento no ano que passou e chamamos a atenção para algumas situações que podem estar prejudicando os médicos, que não devem deixar de buscar seus direitos.

RECURSOS DO SUS

Minas Gerais é o estado com maior número de assinaturas para projeto de iniciativa popular

PÁG 9

PISO FENAM

R\$10.412 é o novo piso salarial dos médicos para jornada de 20 horas, divulgado pela Federação

PÁG 10

FÓRUM CBHPM

No dia 19 de abril, sindicato e entidades médicas realizam importante debate sobre a a CBHPM. Veja programação

PÁG 11

EDITORIAL

As assembleias da PBH, de Contagem e Betim abrem a agenda das campanhas salariais de 2013. Entra ano, sai ano, e vemos persistirem muitos dos problemas que afligem a classe médica e comprometem a qualidade da assistência prestada à população. A falta de médicos é um agravante e os motivos passam sempre pelos baixos salários e condições de trabalho inadequadas. No interior, a luta contra a precarização do trabalho médico é ainda maior. São muitas frentes de luta e, dentro dos recursos do sindicato, temos nos esforçado para atender a todas.

Nesta edição, trazemos outros assuntos que envolvem diretamente o trabalho dos médicos seja na saúde suplementar como na saúde pública. Na tentativa de levar os médicos para o interior, o governo federal lançou a segunda edição do Provb, fracasso na primeira tentativa.

Agora um projeto de lei quer obrigar os médicos formados em escolas públicas a darem sua contrapartida trabalhando em comunidades carentes. Soluções paliativas que não vão ao cerne do problema.

A primeira edição do nosso informativo em 2013 é também um bom momento para uma retrospectiva do ano que passou. As ações aconteceram em vários campos na defesa do trabalho médico. Um olhar atento nos dá a sensação de dever cumprido, mas, ao mesmo tempo, fica a certeza de que ainda existe muita coisa para ser feita.

O destaque do nosso balanço foi a atuação do departamento Jurídico que encerrou o ano com uma média de 300 atendimentos mês, um número que impressiona. O volume de atendimentos ao mesmo tempo que revela a confiança no médico no seu

sindicato mostra que ainda existe muito desrespeito aos nossos direitos. O jornal traz um apanhado dos principais ganhos do ano passado, em ações individuais e coletivas. Muitos abriram precedentes importantes para novas conquistas para a categoria.

Também trazemos com destaque algumas ações que estão em andamento na Justiça, com o objetivo de alertar médicos do interior e da capital sobre direitos não recebidos. Fique muito atento às demandas encaminhadas. Se você se enquadrar em alguma das situações relatadas procure imediatamente o departamento Jurídico para orientações e providências. Conheça também outros serviços prestados pelo sindicato. A casa está de portas abertas para receber você!

Diretoria Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG

Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Rua Padre Rolim, 11 (endereço temporário) - São Lucas 30130 090 - BH - MG Fone: (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva:

Amélia Maria Fernandes Pessoa, André Christiano dos Santos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos Souza, Paulo Eustáquio Marra Pinto.

Conselho Diretor - Demais Membros:

Adriano Faustino de Figueiredo, Ana Cristina Fonseca Espínola, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, Artur Oliveira Mendes, César Miranda dos Santos, Edson Freixo, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Eduardo Vial Faria, Geraldo José Coelho Ribeiro (licenciado), Leonardo Belga Ottoni Porto, Márcio Costa Bichara, Margarida Constança Sofal Delgado.

Conselho Fiscal: *Andréa Chaimowicz, Érika Monteiro P. Mourão, José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Maria Luisa Vianna, Raidan de Carvalho Canuto.*

Ouvidoria Sindical: *Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Helena Pinheiro Garrido.*

Departamento de Comunicação:

Diretor - *Fernando Mendonça.* Jornalista: *Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*

Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*

Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP), Rosângela Costa (MT 11.320/MG) e Gracielle Pessoa (MT 07.589/MG)*

Projeto Gráfico: *Zoo Comunicação*

Diagramação e Ilustrações: *Genin Guerra*

Fotos: *Gláucia Rodrigues*

Impressão: *EGL-Editores Gráficos Ltda*

Tiragem: *24.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

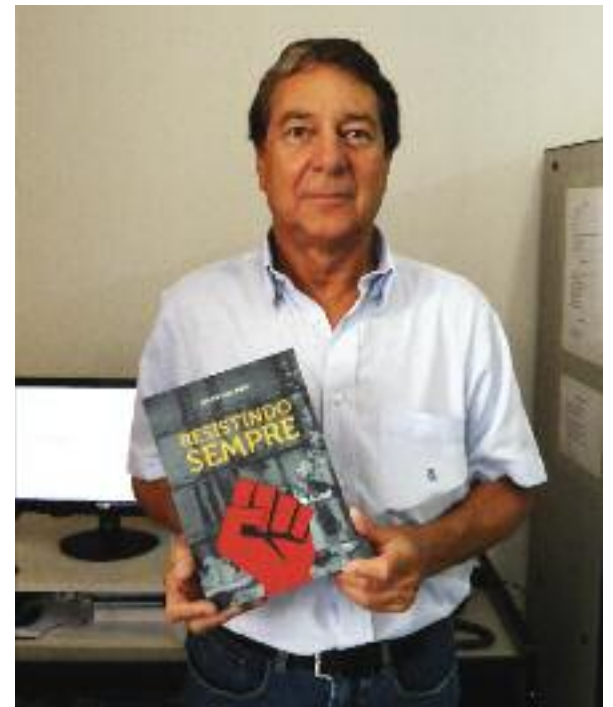
LANÇAMENTO

Lançamento do livro "Resistindo Sempre" do ex-diretor Elson Violante

O médico cardiologista, Elson Violante, um dos diretores mais combativos e presentes na história do Sinmed-MG, lança no dia 14 de março, seu primeiro livro "Resistindo Sempre". O lançamento acontece a partir das 19 horas, na sede temporária do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, na rua Padre Rolim, 11 – esquina com av. do Contorno.

Na obra, Elson relata o Golpe de 1964, sua militância política contra a ditadura, a prisão e a tortura no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Faz também uma importante reflexão sobre o socialismo e a União Soviética, os partidos comunistas e uma avaliação do governo Lula e do governo Dilma. Uma obra intensa e que retrata com realismo um dos períodos mais negros da história do país.

Elson conta que resolveu escrever o livro após receber o destaque de "Personalidade Médica do Ano 2011", na categoria Atividade Associativa/Defesa profissional, premiação organizada pelo Sindicato dos Médicos, pela Associação Médica e pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais. "Eles me solicitaram um breve currículo. Ao escrever, comecei a pensar em tudo o que vivi



Livro será lançado no dia 14/março, no sindicato

e, incentivado pela minha família, resolvi colocar no papel a minha experiência e ideias sobre política", disse.

Anote: endereço provisório do Sinmed-MG

O sindicato informa que está funcionando provisoriamente em novo endereço: Rua Padre Rolim 11 – esquina com av. do Contorno. O telefone continua o mesmo: 31-3241-2811.

A construção da nova sede, na av. do Contorno –

4.999, em ponto de grande visibilidade está a todo vapor, devendo ser inaugurada até o final deste semestre. O novo espaço, com 1.200 metros quadrados, trará muito mais conforto para o atendimento dos médicos e para os funcionários da entidade.

PBH

Médicos comparecem em peso à primeira assembleia da PBH

A campanha salarial dos médicos da Prefeitura de Belo Horizonte começou com força total no último dia 21 de fevereiro, no Sinmed-MG. Cerca de 60 médicos compareceram à primeira assembleia do ano, realizada na sede do sindicato, com a condução dos diretores André Christiano e Artur Mendes. A presença de representantes dos vários segmentos da saúde em Belo Horizonte foi bastante significativa e demonstrou que a insatisfação com o desempenho do governo Márcio Lacerda é generalizada.

Como no ano passado as eleições municipais impediram aumentos salariais, a questão da remuneração voltou para a pauta. O norte continua sendo o piso defendido pela Federação Nacional dos Médicos, hoje de R\$10.412, para 20 horas. Os médicos também querem o reajuste dos abonos, alguns deles congelados desde 2009.

Os diretores presentes lembraram que apesar do concurso, em 2011, com nomeações realizadas no ano

passado, depois de muita pressão do sindicato, apenas 35% dos médicos chamados tomaram posse. Em algumas categorias esse índice chegou a quase 100%. Segundo André Christiano, o fato mostra claramente que os médicos não estão satisfeitos com os salários da Prefeitura, situação agravada com as condições inadequadas de trabalho.

Durante a assembleia, os relatos sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais no dia a dia voltaram à tona. Entre as reivindicações do ano passado que não foram atendidas, estão a lentidão do sistema de informática e impressoras obsoletas e barulhentas. Até agora nada de concreto foi realizado para resolver esses problemas, segundo os médicos.

Também entraram na pauta pontos antigos como a reformulação da lei que trata da progressão por escolaridade, no aspecto que trata dos cursos à distância e da classificação de risco das unidades básicas, assunto que já mereceu várias



Primeira assembleia mostrou que pouca coisa mudou desde o ano passado

reuniões mas que continua na mesma. Também foi lembrado que a questão do Protocolo de Manchester, apesar da comissão formada no ano passado, também por pressão do sindicato, continua sem uma solução adequada.

Médicos do Odilon Behrens

Revoltados com os problemas atuais no Odilon Behrens, os médicos do hospital compareceram em peso à assembleia. Foram relatadas várias arbitrariedades que estão acontecendo desde o ano passado, prejudicando tanto os médicos como os pacientes.

Entre os problemas apontados pelos presentes, inclusive médicos residentes, estão as demissões injus-

tificadas, sem reposição dos cargos; transferências arbitrárias; dissolução do serviço de urologia; término da gestão participativa e o comprometimento da interdisciplinaridade.

Diante da gravidade das denúncias, o sindicato convocou, em caráter de urgência, uma nova reunião só com os profissionais do HMOB, no dia 8 de fevereiro. O objetivo é aprofundar o assunto para elaboração de um documento a ser encaminhado para gestores e diretoria dos hospitais e solicitação de uma audiência.

Uma nova assembleia geral, desta vez voltada para todos os profissionais da Prefeitura, foi marcada para o dia 20 de março, quando o prefeito já terá recebido a pauta de reivindicações da campanha deste ano.

BETIM

Superbactéria é ponta do iceberg em relação aos problemas na saúde em Betim

A assembleia dos médicos de Betim, dia 19 de fevereiro, deu início às campanhas salariais deste ano no Sindicato dos Médicos de Minas Gerais. A assembleia foi conduzida pelos diretores Jacó Lampert e César Miranda dos Santos.

Jacó Lampert lembrou que este ano temos novos prefeitos, e os médicos precisam “mostrar a cara” logo no início, com suas justas reivindicações. Lembrou também que este é o ano da Copa das Confederações, um argumento a mais para que os gestores se preocupem com a imagem



Superbactéria matou 22 pessoas no Regional

do município em relação à assistência à saúde, aspecto considerado prioritário para a população.

Além dos baixos salários que não atraem os profissionais – apenas 11 tomaram posse depois do último concurso –, os médicos se queixaram das condições de trabalho, cada vez piores. Segundo um dos presentes, a questão da superbactéria KCP, que tem ocupado as páginas dos jornais e já matou 22 pessoas, é apenas a ponta do iceberg em relação aos problemas da saúde no município. A Vigilância Sanitária proibiu novas

internações no Hospital Regional desde 1 de fevereiro, mas os médicos continuam atendendo normalmente.

Na assembleia foi definida a primeira estratégia da campanha, que será o envio de uma pauta de reivindicações à Prefeitura e solicitação de uma audiência com os gestores. A pauta contempla recomposição salarial, melhoria das condições de trabalho incluindo equipes completas, redução da população adstrita a cada equipe do PSF para 2 mil pessoas – hoje algumas áreas têm quase 5 mil – e fim das terceirizações, entre outros.

SANTA LUZIA

Em Santa Luzia, caos com exoneração de médicos e fechamento de postos

A situação da saúde em Santa Luzia é preocupante. Alegando necessitar de um tempo para “colocar a casa em ordem”, o prefeito eleito, Carlos Calixto, fechou, no primeiro dia de mandato, 18 dos 22 postos de saúde do município e exonou cerca de 1.900 funcionários da Prefeitura, sendo 400 ligados ao setor da saúde.

A Prefeitura não se deu nem ao trabalho de comunicar oficialmente aos médicos sobre a exoneração. Para piorar a situação, os médicos do PSF estão com os salários atrasados desde novembro e nunca receberam os benefícios devidos como 1/3 de férias e proporcional do décimo-terceiro salário.

O sindicato convocou duas assembleias para discutir o assunto com a categoria: dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro. Durante os encontros os médicos têm relatado várias situações de risco para o paciente, por falta de estrutura na rede de saúde.

Artur Mendes, diretor do departamento Jurídico do Sinmed-MG, informa que, entre outras providências para denunciar a situação, o sindicato já encaminhou ofícios para o Conselho Regional de Medicina, Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público e até o Ministério da Saúde foi informado do fechamento dos postos.



Médicos de Santa Luzia reunidos em assembleia



Médicos autorizam o sindicato a entrar com ação coletiva

Orientações do depto Jurídico

Em assembleia, os médicos do PSF autorizaram o departamento Jurídico do sindicato a entrarem com uma ação coletiva contra a Prefeitura de Santa Luzia para recebimento dos salários em atraso, caso os pagamentos não tenham sido regularizados até meados de março. Importante lembrar que só serão beneficiados com os ganhos da ação coletiva os médicos em dia com a contribuição sindical, tributo obrigatório por lei.

O departamento Jurídico do sindicato também reforça que está à disposição para orientar os médicos que estejam se sentindo prejudicados em relação ao pagamento de direitos decorrentes da contratação (como décimo-terceiro salário, férias, percentual de férias, adicionais e licenças). Nesse caso, as ações serão individuais. Para mais informações ligar para o departamento no 31-3241-2811.

SETE LAGOAS

Sete Lagoas: impasse continua

Continua o impasse entre governo municipal e médicos, em Sete Lagoas. Salários atrasados e falta de condições dignas de trabalho são os principais problemas que os profissionais da rede pública do município têm enfrentado. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 7 de fevereiro, a categoria e o sindicato deliberaram por entrar com uma ação coletiva de cobrança dos salários atrasados e pagamento do 13º salário, caso os gestores não derem uma resposta aos médicos sobre as reivindicações até o dia 7 de março. Nova AGE foi marcada para a mesma data.

O diretor Jurídico do sindicato, Artur Oliveira Mendes, destaca que o atraso no pagamentos não pode mais ser atribuído ao período final de gestão municipal. “Falta de verba não pode mais ser desculpa”, explica o diretor.

Mendes conta que a situação nas unidades de saúde está difícil e que o médico não está tendo condições dignas de trabalho. “Esperamos confiantes que a atual gestão traga soluções para os problemas da categoria. Os médicos não poderão ficar em locais onde não possam trabalhar com dignidade”, desabafa.

LAGOA DA PRATA

Situação em Lagoa da Prata permanece inalterada, sem retorno da Prefeitura

A crise continua em Lagoa da Prata. Os médicos da Fundação São Carlos, que presta serviços para a Prefeitura do município, não obtiveram retorno ao ofício enviado com a pauta de reivindicações.

Os médicos procuraram o sindicato com denúncias sobre condições de trabalho, atrasos no pagamento de plantões e ameaças relacionadas ao atendimento no hospital. Duas assembleias foram realizadas para discutir o assunto, dias 5 e 13 de dezembro. Segundo eles, a situação se agravou com uma ação civil

pública ajuizada pela comarca do Ministério Público local contra a Fundação São Carlos de Lagoa da Prata e os médicos que integram o corpo clínico do hospital, com a alegação de que eles estariam se recusando a realizar serviços de plantão presencial e de sobreaviso nas clínicas médica, de pediatria, de obstetrícia, de anestesia e de cirurgia para atendimentos do SUS.

A pauta enviada à Prefeitura, Fundação e Ministério Público contempla os seguintes itens:

- 1- revisão do acordo assinado junto ao Ministério Público;
- 2- aumento do valor pago pelos plantões;
- 3- retração pública da Prefeitura, enquanto instituição, pelas declarações feitas pelo atual prefeito;
- 4- melhoria das condições físicas do hospital;
- 5- apresentação de proposta da Prefeitura para resolução de pendências relacionadas ao último concurso público realizado;
- 6- formalização do vínculo com os profissionais que trabalham na Fundação.

PRINCIPAIS AÇÕES

O SINMED-MG, AS AÇÕES, LUTAS E CONQUISTAS DE 2012

Em 2012, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais participou de mais de 20 campanhas na capital, região metropolitana e interior do Estado em busca de melhorias para a categoria.

Entre outros municípios, esteve em Sete Lagoas, Santa Luzia, Lagoa da

Prata, Divinópolis, Uberaba, Uberlândia, Contagem e Betim.

Acompanhou, entre outras, a luta dos médicos servidores federais, profissionais da Fhemig e Hemominas, Maternidade Odete Valadares, Hospital Infantil João Paulo II e participou ativamente

da comissão que reviu a polêmica implantação do Protocolo de Manchester nas unidades de atenção básica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A defesa dos médicos que atuam na saúde suplementar e o movimento da pediatria também foram bandeiras de

2012. São lutas difíceis, em que cada conquista precisa ser comemorada, pois nada vem de graça. Junto com o sindicato, é a união da categoria que move as montanhas em busca de um horizonte melhor. Veja, a seguir, um pequeno balanço da atuação do Sinmed-MG em 2012.

MAIS DE 20 CAMPANHAS POR MELHORIAS



Condições de trabalho foi o foco da campanha da PBH

Além do aspecto remuneratório, o sindicato atuou fortemente na defesa do trabalho médico, das condições de trabalho e valorização dos profissionais em todas as frentes.

No campo municipal, 2012 foi um ano atípico, por causa das eleições, que impediam, por lei, conquistas salariais. Com isso, as campanhas tiveram um foco maior nas condições de trabalho, como aconteceu em Belo Horizonte, com a questão do Protocolo de Manchester, que trouxe vários problemas para a categoria. A nomeação dos concursados foi outra luta vitoriosa da categoria, na capital mineira.

Para conhecer o pensamento do futuro prefeito de Belo Horizonte, o Sinmed-MG realizou, junto com as entidades médicas, um importante debate com os candidatos Márcio Lacerda e Patrus Ananias. Um debate também aconteceu em Uberlândia, onde o sindicato tem uma delegacia sindical.

No campo do Estado, foram alcançadas importantes vitórias como a volta da carreira de médico da Secretaria Estadual de Saúde (SES), acompanhada da correção salarial. Há muitos anos, o

sindicato vinha lutando para corrigir a grande injustiça que era praticada contra os médicos da SES.

Também na Fhemig, foram ganhos importantes, com a conquista de um reajuste de até 65% nos próximos dois anos. Sempre orientados pelo sindicato, os médicos do Hemominas puderam comemorar uma conquista histórica com a equiparação dos ganhos aos colegas da Fhemig.

Outra luta vitoriosa foi a dos médicos federais. Graças à grande pressão, o Governo recuou na edição da MP 568/2012, que reduziria pela metade o salário desses profissionais.

Em Belo Horizonte, o sindicato participou de movimentos por mais recursos para a saúde, organizou seminários para discutir a CBHPM, a gestão do corpo clínico e o cooperativismo.

No interior, onde a precariedade das relações de trabalho e os abusos de poder são uma constante, como aconteceu em Lagoa da Praga, o sindicato acompanhou e orientou os médicos. Em Uberlândia, o movimento sindical ganhou força com a delegacia sindical lá instalada e a presença ativa dos delegados locais nas lutas por melhorias nos serviços de saúde.

JURÍDICO: MÉDIA DE 300 CONSULTAS MÊS

O departamento Jurídico do Sinmed-MG é uma área de grande relevância para a defesa do trabalho médico.

Em 2012, o departamento Jurídico do sindicato fechou o ano com cerca de 300 consultas mensais, nas áreas administrativa, previdenciária e trabalhista.

As demandas praticamente dobraram nos últimos cinco anos, o que mostra a confiança do médico no sindicato como seu representante na luta pelos seus direitos. Foram dezenas de conquistas (veja página 6) que beneficiaram milhares de médicos em todo o Estado.

COMUNICAÇÃO: CREDIBILIDADE ENTRE OS MÉDICOS

O departamento de Comunicação não mediu esforços para aperfeiçoar a comunicação com os médicos, ampliando sua presença nas mídias sociais e mantendo constante atualização da página da web.

Folhetos informativos e mensagens via celulares foram estratégias para levar os médicos às assembleias e informar sobre o andamento das campanhas. Outro reflexo do trabalho da comunicação foi a presença cada vez maior da diretoria do sindicato como relevante fonte de informações, nas emissoras de televisão, rádio, portais e jornais impres-



sos. Durante o ano o departamento atendeu mais de 200 demandas da imprensa e o número de acessos ao site ultrapassou a casa de 50 mil.

SAÚDE SUPLEMENTAR: MAIS FORÇA COM UNIÃO

O Sinmed-MG foi responsável, junto com o CRMMG e a AMMG, pela organização, em Minas Gerais, das campanhas pela melhoria nos honorários e na relação entre operadoras de saúde e

médicos. Além das várias assembleias realizadas, os atendimentos foram suspensos em dois momentos: no dia 25 de abril e no período de 10 a 18 de outubro. O movimento terá continuidade em 2013.

FÓRUMS DE DISCUSSÃO: PRESENÇA IMPORTANTE

Membros da diretoria do Sinmed-MG integram várias comissões, entidades e movimentos, fortalecendo a presença dos médicos mineiros nos diversos fóruns de discussão no país e no Estado.

Destaques para a indicação do presidente do sindicato, Cristiano Matta Machado, para representar a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) no Conselho Nacional de Saúde (CNS), no triênio 2012-2015.



Assembleia dos médicos da saúde suplementar

DEFESA DO MÉDICO

GANHOS DO JURÍDICO PARA OS MÉDICOS EM 2012

Em 2012, o departamento Jurídico do Sinmed-MG obteve vitórias importantes, a maioria delas inéditas, para os médicos na capital e interior do Estado. Listamos, abaixo, algumas dessas conquistas coletivas e individuais. Mesmos nos casos em que o beneficiado é apenas um médico, a ação pode abrir um precedente jurídico fundamental para que outros profissionais conquistem os mesmos direitos

DIREITO DO TRABALHO

- Foi firmado o primeiro acordo coletivo para médicos de Uberlândia, entre Sinmed-MG e Missão Sal da Terra.
- Acordo firmado em processo de depósito de FGTS contra Santa Casa de BH beneficiou centenas de médicos.
- Êxito em primeira e segunda instância em ação de cumprimento proposta contra Santa Casa de BH (ação já em fase de execução).
- Êxito em segunda instância de ação contra Fundação Maçônica para devolução dos dias parados de greve.
- Êxito em primeira e segunda instância de ação contra Fundação Maçônica para pagamento de adicional noturno pela extensão de jornada.
- Êxito em primeira e segunda instância de ação contra Santa Casa de BH para pagamento de adicional noturno pela extensão de jornada.
- Êxito em primeira e segunda instância na ação contra a Fundep, para representação dos médicos do Hospital Risoleta Neves.



Equipe do Jurídico, responsável pelo atendimento dos médicos

decisões favoráveis no Judiciário. Foi determinado pelo Judiciário que o Município prorrogasse as licenças por mais 60 dias, a partir do término dos 120 dias iniciais.

- Pedido administrativo elaborado pela assessoria jurídica do Sinmed-MG em nome de servidora médica do Município de Cássia foi deferido. Foi concedida à servidora contratada a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias.

- Prorrogação de posse é concedida a médica em gozo de licença maternidade: a Juíza de Direito da Comarca de Nova Lima determina, liminarmente, prorrogação de posse requerida pela médica, candidata aprovada para cargo de médico no Município, até o fim da licença-maternidade de 180 dias concedida no seu outro vínculo público.

- Médico tem participação garantida em etapa do concurso para médico do Corpo de Bombeiros. A Ação judicial foi proposta depois que o candidato foi eliminado por inaptidão nos testes de saúde. A antecipação de tutela foi deferida determinando imediata inclusão do médico no certame.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Servidoras médicas contratadas do Município de Belo Horizonte que ingressaram com ações judiciais requerendo a prorrogação das suas licenças-maternidade, de- pois de terem pedido administrativo negado pelo Município, tiveram

- Defesas apresentadas nos processos administrativos instaurados pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg) são acolhidas. Processos administrativos instaurados em desfavor dos servidores médicos do Ipsemg sob alegação de não cumprimento da tarefa básica e necessidade de devolução dos valores recebidos a título de pró-labore foram arquivados.

- Juiz determina, em sentença, restituição à servidora estadual dos valores descontados da sua remuneração a título de contribuição para o custeio da saúde.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Aposentadoria Especial é concedida a servidor médico do Hospital Municipal Odilon Behrens junto ao INSS. O INSS deu provimento ao recurso administrativo interposto em face de decisão que havia indeferido pedido de aposentadoria especial a médico intensivista do HOB.

- Concessão de aposentadoria especial para médicos do Estado: finalmente o Estado de Minas Gerais regulamentou a aplicação dos efeitos dos mandados de injunção impetrados por diversas entidades, entre elas o Sinmed-MG (MI 3028). A regulamentação ocorreu por meio da Instrução Normativa SCAP/SCPM-SO, datada de 12 de dezembro/2012, que dispõe sobre o procedimento para cumprimento do Mandado de Injunção que ampara os servidores públicos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, para concessão de aposentadoria especial. Agora o reconhecimento, ou não, por parte do Estado depende apenas dos órgãos públicos.

- Extensão de jornada é utilizada como base de cálculo para pagamento do terço constitucional de férias: juiz da 4ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal julga procedente ação proposta por servidor do Município de Belo Horizonte determinando o pagamento do terço constitucional de férias com a inclusão da extensão de jornada na base de cálculo.

- Servidor que trabalhou por meio de contrato administrativo precário na Fhemig tem decisão judicial favorável. A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais é condenada ao pagamento dos valores referentes ao décimo-terceiro salário e às férias acrescidas do terço constitucional em relação aos períodos aquisitivos adquiridos e não prescritos.

- Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirma direito ao adicional noturno e reflexos para servidor da Fhemig. A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais foi condenada ao pagamento do adicional noturno com reflexos sobre décimo-terceiro salário, férias e abono de férias (terço constitucional).

DEFESA DO MÉDICO

DE OLHO NOS SEUS DIREITOS. DEMANDAS ATUAIS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Se você se enquadra em algumas das situações abaixo, não perca tempo. Procure o departamento Jurídico e conquiste seus direitos

MÉDICOS DO ESTADO: o valor do seu adicional de insalubridade foi e continua sendo pago em menor

Médicos servidores públicos estaduais vinculados à Administração Direta (SES) e Administração Indireta (Fhemig, Ipsemg, Hemominas e Funed) requeiram o correto pagamento do seu adicional de insalubridade. A Administração praticou e ainda pratica valor inferior ao que lhe é de direito, e a diferença para

o valor defendido é muito expressiva.

Agende um horário no departamento Jurídico (31) 3241-2811 ramal 1 para fazer a conferência. Anote os documentos necessários para a avaliação: contracheques (um de cada ano, dos últimos 5 anos), preferencialmente com férias e décimo-terceiro salário.

ADICIONAL NOTURNO: direito de quem trabalha entre 22h e 5h da manhã

O direito ao adicional noturno dos servidores públicos está assegurado na Constituição da República. Contudo, são muitos os servidores que apesar de realizarem suas jornadas no período noturno não recebem adicional devido por força constitucional e legal.

O departamento Jurídico do Sindicato vem propondo ações de cobrança

em face das Entidades Federativas (Estado e Municípios), como das entidades da Administração Indireta (Autarquias e Fundações Públicas), a fim de garantir a inclusão do adicional na folha de pagamento dos servidores médicos, como o pagamento dos valores devidos correspondentes ao adicional noturno e seus reflexos não pagos nos últimos 5 anos.

MÉDICOS DO ESTADO CEDIDOS A OUTRAS ENTIDADES: vocês também têm direito ao adicional de insalubridade

Médicos vinculados ao Estado de Minas Gerais cedidos para Municípios, como para outras Entidades Públicas, que trabalham em ex-

posição a agentes insalubres, também têm direito de receber adicional de insalubridade. Procure o Jurídico para mais informações.

APOSENTADORIA ESPECIAL: ônus para o sindicalizado só nos casos de judicialização

Com uma vitória inédita do Sinmed-MG, no Supremo Tribunal Federal (STF), para os médicos sindicalizados e servidores do Estado e/ou municípios mineiros, os profissionais médicos que trabalham em situações insalubres

poderão, pela primeira vez, ser beneficiados com a contagem diferenciada para fins de aposentadoria, o que por lei é chamado de aposentadoria especial.

O sindicato informa que a consultoria é gratuita e que todos os sindical-

izados, em dia, estão amparados pela decisão do Mandado de Injunção impetrado pelo Sinmed-MG.

Somente nos casos em que o pedido for indeferido pela Administração Pública e houver necessidade de pro-

positura de ação judicial para exigir o cumprimento do Mandado de Injunção, o sindicalizado terá ônus. Os honorários são balizados em tabela da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais.

MÉDICOS DO INTERIOR: atenção para os seus direitos sociais

Você sabia que mesmo sendo contratado pode reivindicar os chamados “direitos sociais”, a saber: férias acrescidas de 1/3 do salário, décimo-terceiro salário, adicional de insalubri-

dade, adicional noturno, adicional de hora extra e licenças?

O departamento Jurídico defende esses direitos para os médicos com vínculo precário.

MÉDICOS DA PBH: você se encaixa nas situações abaixo?

Contagem e concessão de férias-prêmio e quinquênio: Período laborado pelos servidores efetivos sob o vínculo celetista deve ser computado para aquisição de férias-prêmio e quinquênio. Entretanto, a Administração Pública não vem reconhecendo o período de prestação de serviço público sob o regime da CLT para concessão desses benefícios.

Período laborado pelos servidores públicos de BH em razão de cessão a outros órgãos públicos deve ser computado para fins de férias-prêmio. O fato do servidor ter sido cedido não o

desvincula da entidade originária, sendo-lhe garantidos os direitos previstos na legislação de Belo Horizonte e, consequentemente, o direito à licença-prêmio.

Se você se encaixa em uma dessas situações, agende uma consulta com o departamento Jurídico do Sinmed-MG (31-3241-2811). Os advogados informam que os servidores que não pertençam aos quadros da PBH, mas se enquadrem nas demandas citadas, também devem entrar em contato com o sindicato, para orientações.

Pagamento de 1/3 de férias sobre EXTENSÃO DE JORNADA

É direito dos servidores terem computado, na base de cálculo do terço constitucional de férias, a parcela remuneratória recebida a título de extensão de jornada, que tem inclusive natureza de

vencimento. Os servidores que se encontram nessa situação devem providenciar os documentos para propositura de ação judicial. Informe-se no departamento Jurídico.

SERVIÇOS

SINMED-MG A SERVIÇO DOS MÉDICOS. AGUARDAMOS SUA VISITA

Início do ano é sempre um bom momento para lembrar aos médicos alguns dos serviços oferecidos pelo Sinmed-MG. O leque é grande: vai desde assessoria jurídica até cursos e convênios com estabelecimentos diversos. Para usufruir dos benefícios, é preciso se filiar ao sindicato e estar em dia com as contribuições social e sindical. Estamos de portas abertas para receber você e esclarecer dúvidas

ASSESSORIA JURÍDICA

O departamento Jurídico do Sinmed-MG é uma área de grande relevância para a defesa do trabalho médico. Além de agir sob demanda nas áreas administrativa, previdenciária e trabalhista, o departamento também atua de forma espontânea, abraçando causas de interesse da classe como um todo ou relacionadas a situações específicas em um determinado local de trabalho.

O departamento conta com um

quadro de quatro advogados, atuando no próprio sindicato. A equipe pertence aos quadros da Muzzi Advogados Associados. Conta também com advogado a responder exclusivamente por assuntos relacionados ao Direito Coletivo, José Costa Jorge. Além da equipe fixa, os médicos têm o suporte de um núcleo de advogados da Muzzi Advogados Associados e da Chehenut Oliveira Santiago.

Em 2013: jurídico promoverá palestras com temas de interesses dos médicos

Visando aprimorar ainda mais os serviços oferecidos aos médicos, o departamento Jurídico programou para 2013 uma série de palestras, a serem ministradas pelos advogados que prestam serviço ao sindicato, a

partir de março. Entre os temas que serão abordados, estão “Noções de Previdência”, “Regimes jurídicos dos servidores públicos” e “Os requisitos da configuração de emprego na relação do médico com o hospital privado”.

COMISSÃO ESTADUAL DE DEFESA DO MÉDICO

A acusação injusta de erro é uma das situações mais terríveis que um médico pode enfrentar. Para defendê-lo, existe a Comissão Estadual de Defesa do Médico (CEDM), que conta com a participação da diretoria do sindicato. Criada em 1991, a Comissão é resultado de uma importante parceria entre o Sinmed-MG e a Associação Médica de Minas Gerais (AMMG) e tem como atribuições, entre outras:

- Orientar profissionais que se sintam ameaçados de denúncias ou estejam sendo acusados injustamente de erro médico.
- Prestar assessoria jurídica gratuita no caso do processo já concretizado.
- Oferecer consultoria gratuita sobre como se comportar perante a mídia.
- Realizar um trabalho preventivo, por

meio de palestras em entidades e centros médicos em geral.

Como utilizar os serviços: podem recorrer à Comissão Estadual de Defesa do Médico os profissionais filiados ao Sinmed-MG e à AMMG quites com as duas entidades. Os médicos que ainda não se associaram são atendidos mediante filiação e pagamento de uma taxa de carência no valor da anuidade de cada entidade.

As consultas devem ser agendadas antecipadamente na AMMG (de fevereiro a julho), pelo telefone (31) 3247-1634; e, no Sinmed-MG (de agosto a dezembro), pelo telefone (31) 3241-2811. A cada semestre, as reuniões acontecem alternadamente nas duas entidades.



Sindicalização: caminho para melhorar as condições do trabalho médico

O Sinmed-MG é o fórum adequado para o médico lutar por seus direitos, melhores salários e condições de trabalho dignas. Uma entidade forte se faz com a participação e o apoio da categoria.

Como se sindicalizar: todo médico pode se sindicalizar assim que tiver o Registro Profissional do Conselho Regional de Medicina. Basta ir ao sindicato com a carteira do CRMMM e quitar a contribuição social. Os médicos residentes que já contribuem com a Associação Mineira de Médicos Residentes (Amimer) são isentos do pagamento da contribuição social, caso queiram se filiar ao Sinmed-MG. Se esse é o seu caso, procure o sindicato e faça parte, desde já, dos quadros da entidade.

Contribuições sindical e social: é com os valores arrecadados nas contribuições sindical e social que o

Sinmed-MG pode realizar ações em prol da categoria em todo o Estado. Contribuindo, o médico ajuda a entidade a lutar por melhorar condições salariais e de trabalho para todos. A contribuição sindical é um tributo federal, equivalente a um dia de trabalho, obrigatório, previsto na Constituição Federal e nos artigos 578 e 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A contribuição social é uma contribuição paga pelo profissional que se associa, espontaneamente, ao Sinmed-MG.

Atualize seu cadastro: é muito importante que os médicos mantenham seu cadastro em dia no Sinmed-MG. Só assim, poderão acompanhar de perto a atuação do sindicato e receber correspondências diversas. A atualização pode ser feita pelo próprio site da entidade: www.sinmedmg.org.br.

Cartão de Vantagens



O Cartão de Vantagens do Sinmed-MG oferece desconto em mais de 200 estabelecimentos diferentes aos médicos sindicalizados e em dia. O benefício é uma parceria com a Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom). Solicite o seu cartão na secretaria do sindicato, por telefone ou pessoalmente.

FINANCIAMENTO

Minas está na frente na coleta de assinaturas para projeto de iniciativa popular por mais recursos para a saúde

Minas Gerais, segundo informações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é o Estado com o maior número de assinaturas coletadas até agora – cerca de 400 mil – dentro do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. No Brasil, são cerca de 700 mil assinaturas coletadas.

Para que o abaixo-assinado possa ser apresentado à Câmara dos Deputados, em Brasília, em 10 de abril, como previsto, são necessários 1,5 milhões de signatários. A previsão é que Minas contribua com, no mínimo, mais 100 mil assinaturas.

As entidades médicas locais e nacionais estão participando ativamente do movimento, que conta com apoios importantes como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

União não tem valor fixo

Cristiano Matta Machado, presidente do Sinmed-MG, explica que o movimento surgiu como uma reação à Lei Complementar número 141, de 13/janeiro/2012, que regulamentou a Emenda 29, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

A Lei Complementar frustrou a ex-



Ação das entidades médicas



Foto: Guilherme Dardanhan

Ação coordenada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais

pectativa de todos ao estabelecer que a União repassaria para a saúde o valor investido no ano anterior, mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) e não 10% das receitas como era esperado. Para os Estados foi definido um investimento de 12% das receitas em saúde, e para os municípios de 15%. Caso a União elevasse o repasse a 10%, o orçamento da saúde pública teria, a mais, quase R\$ 40 bilhões.

O movimento em defesa da saúde

pública foi lançado dois meses depois da regulamentação da Emenda 29, com o objetivo de coletar assinaturas para a implantação de um projeto de iniciativa popular que resgate a possibilidade desses valores adicionais.

“Necessitamos, definitivamente, enxergar a Saúde como um investimento e exigir de nossos governantes o provimento necessário. Isso só será possível com uma grande mobilização social, que reflita em ação

política a preocupação da população com o setor. Um país que será a quinta economia do planeta precisa dar esse salto civilizatório para garantir uma saúde pública de qualidade, acessível, integral e universal”, avalia Matta Machado.

“Hoje, o repasse da União ao sistema público de saúde é 6,2% das receitas. No entanto, esse número chegou a ser 11,7% em 1995, o que demonstra que a União tem condições econômicas de injetar mais dinheiro no setor”, avaliou o coordenador do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, Ronald Ferreira, durante o Fórum Social Mundial Temático (FST), em Porto Alegre, no final de janeiro.

Como participar

Para participar do movimento, o cidadão deve assinar o abaixo-assinado, informando seu nome completo, endereço e título de eleitor. O formulário para coleta de assinaturas está disponível, também, no site do Sinmed-MG (www.sinmedmg.org.br). Assim que preenchido, o documento deverá ser entregue na sede do sindicato, na rua Padre Rolim, 11/2º andar- São Lucas. Para esclarecer dúvidas, ligue (31) 3241-2811 ramal 5.

Sindicato no debate sobre saúde pública na Rádio Inconfidência

A Rádio Inconfidência, com ampla audiência em Minas Gerais, promoveu, no dia 19 de janeiro, um importante debate sobre a “Saúde Pública e o Projeto Saúde + Dez”.

O diretor Administrativo-financeiro do Sinmed-MG, Jacó Lampert, representou o sindicato mineiro no encontro, que teve, ainda, como convidados o presidente da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), Lincoln Lopes, e o superintendente-geral da Associação Mineira de Municípios (AMM), Gustavo Persichini.

Durante o debate, o diretor colocou que a questão vai além dos recursos. Envolve necessidade de melhor gestão, de prover profis-

sionais adequadamente, bem remunerados e que possam executar dignamente a atenção à saúde das comunidades. Lembrou que essa é uma discussão constante no movimento sindical, juntamente com as demais entidades médicas.

Lampert informou que na década de oitenta a União chegou a ser responsável por 75% do financiamento da saúde. “Em 2010, o percentual já era de 45%, ou seja, 30% a menos”, disse.

Segundo o diretor, os recursos da maioria dos municípios são pequenos e dependem da verba da União: “Sem financiamento, os municípios não conseguem nem efetivar um

quadro de profissionais, por falta de remuneração adequada e de um plano de carreira. Se o governo não der uma guinada, os municípios vão continuar sendo sobrecarregados e penalizados pela ausência de mão de obra da saúde”, enfatiza.

Lincoln Lopes, da AMMG, lembrou que “se comparado com nossos países vizinhos, o Brasil está bem pior na área da saúde. A partir do financiamento adequado da saúde, acredito que dentro de pouco tempo nós criaríamos situações, remunerações e responsabilizações adequadas de trabalho, e isso atrairia, também, gestores qualificados e treinados”.

COMSU

Entidades se preparam para levar decisões do CADE à Justiça. Reunião, em março, vai discutir rumos do movimento

A Comissão de Saúde Suplementar (Comsu), formada por membros da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Brasileira (AMB), vai direcionar a defesa das entidades médicas nos processos que voltaram a tramitar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em reunião dia 17 de janeiro, a Comsu decidiu reunir as assessorias jurídicas do movimento médico para traçar o caminho a ser seguido nos estados.

Há aproximadamente dois anos, Fenam, CFM e AMB tentam conciliar os pontos em desacordo com o CADE. A proposta do Conselho foi que não houvesse paralisação por tempo indeterminado. Também manifestaram-se contra a cobrança dos pacientes "por fora" e descredenciamento em massa.

A reunião da Comsu aconteceu depois que o CADE divulgou nove pareceres contra os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Santa Catarina recomendando que as entidades médicas (sindicatos, conselhos e associações) sejam julgadas pelo tribunal administrativo do Conselho pela prática de crime econômico, por causa das ações do movi-

Novas reuniões

Bichara informou que, no dia 22 de janeiro, as entidades médicas levaram até o presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), André Longo, uma proposta de trabalho contemplando três itens: hierarquização de procedimentos médicos, contratualização dos médicos com as operadoras e negociação coletiva.

"Ele abriu a agenda e se dispôs a trabalhar nesses temas ainda no primeiro trimestre de 2013. Inclusive uma nova reunião foi marcada para o dia 18 de fevereiro para dar andamento às propostas", informou Bichara.

Em março, a Comissão de Saúde Suplementar realiza uma importante reunião, na sede da Associação Paulista de Medicina, para divulgar o



Reunião da Comsu com André Longo, da ANS

cronograma e diretrizes do movimento da saúde suplementar em 2013.

Entre outras ações, a Comissão pretende organizar audiências públicas estaduais, convidando órgãos de defesa do consumidor, operadoras de planos de saúde, OABs, MPs e comissões de saúde.

"Os avanços até agora foram muito

pequenos. Queremos alertar toda a sociedade sobre a crise vivida pela saúde suplementar no Brasil e mostrar que, se nada for feito, o problema só tende a se agravar, piorando ainda mais a situação para os médicos e para os usuários dos planos", avaliou o secretário da Fenam e conselheiro do Sinmed-MG, Márcio Bichara.

mento médico contra os planos de saúde.

Segundo o secretário de Saúde Suplementar da Fenam e conselheiro do Sinmed-MG, Márcio Bichara, as entidades médicas, dependendo da decisão do CADE, vão recorrer à justiça para

defesa dos direitos dos médicos. O secretário defende que os sindicatos têm prerrogativa constitucional para se organizarem. "A proposta é contrária ao movimento sindical, que é garantido constitucionalmente. Não pode-

mos deixar ferir os direitos de defesa do trabalho médico como a reivindicação por melhores honorários. A categoria decide o que vai fazer, realiza assembleias e pode ou não optar por paralisações".

NOVO PISO



Fenam divulga novo piso: R\$ 10.412

Desde janeiro/2013, o piso salarial dos médicos para 20 horas semanais passou a ser de R\$10.412, segundo divulgou a Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

O piso é uma bandeira de luta que o médico tem em suas mãos, e é resultante da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no ano de 2012 em 6,10%.

A Federação recomenda que o referencial integre as pautas de reivindicações em suas bases.

"Alguns Estados têm conseguido avançar rápido e até de forma surpreendente, como Piauí, Tocantins e Espírito Santo, onde os salários dos médicos ganharam dignidade. Experiências de luta devem ser compartilhadas e o sucesso de um sindicato pode ser o estopim para as conquistas de outro", avalia o presidente da Fenam, Geraldo Ferreira.

Conheça a história do Piso Nacional Fenam

O piso nacional Fenam surgiu da revisão da Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que estipulava que o salário dos médicos deveria corresponder ao valor de três salários mínimos. Na época, o salário satisfazia as necessidades da população, diferente do que ocorre atualmente.

Em 1991, durante a gestão de Eurípedes Carvalho Balsanufó como presidente da Fenam, percebeu-se, em conjunto com sindicatos médicos do Brasil, a defasagem do salário mínimo para atender as demandas da sociedade e do profissional médico, mudando-se o referencial.

Evolução do piso dos médicos

2001	- R\$ 2.132,89	- 10 horas/semanais
2002	- R\$ 2.132,89	- 10 horas/semanais
2003	- R\$ 2.711,11	- 10 horas/semanais
2004	- R\$ 2.947,24	- 10 horas/semanais
2005	- R\$ 3.313,24	- 10 horas/semanais
2006	- R\$ 3.353,33	- 10 horas/semanais
2007	- R\$ 3.481,76	- 10 horas/semanais*
2008	- R\$ 7.503,18	- 20 horas/semanais
2009	- R\$ 8.239,24	- 20 horas/semanais
2010	- R\$ 8.594,35	- 20 horas/semanais
2011	- R\$ 9.188,22	- 20 horas/semanais
2012	- R\$ 9.813,00	- 20 horas/semanais
2013	- R\$10.412,00	- 20 horas/semanais



IV Fórum Nacional sobre a CBHPM, dia 19 de abril

A Comissão Estadual de Honorários Médicos de Minas Gerais, composta por representantes do Sinmed-MG, AMMG, CRMMG e Fencom, realiza, no dia 19 de abril, no auditório Borges da Costa, na Associação Médica, o IV Fórum Nacional sobre a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

Com o apoio da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal

de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos, o fórum vai proporcionar uma visão completa do cenário atual da saúde suplementar, da implantação da CBHPM e perspectivas futuras.

O público alvo são os representantes das comissões estaduais e nacional de honorários médicos, entidades médicas, lideranças médicas e sociedades de especialidades.

PROGRAMAÇÃO

8h30 – Credenciamento e café de boas-vindas

9h – *Abertura:* Lincoln Lopes Ferreira – Presidente da Associação Médica de Minas Gerais, Florentino Araújo Cardoso Filho – Presidente da Associação Médica Brasileira, João Batista Gomes Soares – Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, Aloísio Tibirica Miranda - 2º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Cristiano Gonzaga da Matta Machado - Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Geraldo Ferreira Filho – Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Luis Edmundo Noronha Teixeira - Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas

9h30 – *Cenário atual da saúde suplementar (coordenador: Lincoln Lopes Ferreira - AMMG)*

- Limites do capital internacional na saúde suplementar
- Defasagem do rol da ANS x CBHPM 2012
- Defasagem dos honorários médicos atualmente praticados x CBHPM 2012

10h30 – *Aspectos jurídicos da saúde suplementar (coordenador: João Batista Gomes Soares - CRMMG)*

- O CADE e as entidades médicas
- Atuação do Legislativo na implantação da CBHPM
- A visão da ANS sobre a CBHPM
- Judicialização da CBHPM

11h30 – *A CBHPM no SUS (coordenador:*

Cristiano Gonzaga da Matta Machado - Sinmed-MG)

- Perspectivas de implantação
- A visão da Fenam
- A PBH e a complementação da tabela do SUS: estratégias administrativas e resultados
- É válida no Estado a experiência de BH sobre a complementação da tabela do SUS?

14h – *As operadoras de saúde e a implantação da CBHPM (coordenador: Alcebiades Vitor Leal Filho - AMMG)*

15h – *Perspectivas para a CBHPM (coordenador: Florentino Araújo Cardoso Filho - AMB)*

- Câmaras técnicas da CBHPM: entenda seu funcionamento
- Cobrança de disponibilidade obstétrica
- Plano enfermaria x Plano apartamento

16h – *Movimento nacional da saúde suplementar (coordenador: Márcio Fortini - AMMG)*

- A visão da OAB-MG sobre cartelização
- Conquistas do movimento médico em 2012 e diretrizes do movimento para 2013

16h50 – *Encerramento: Juraci Gonçalves de Oliveira - Coordenador da Comissão Estadual de Honorários Médicos de Minas Gerais*

OBSERVAÇÃO: programação sujeita a alterações

Inscrições: beneficios01@am-mg.org.br, (31) 3247-1631 - Vagas limitadas

RESIDÊNCIA MÉDICA

Ministério da Saúde investe em 1.623 novas bolsas de pró-residência e em formação de preceptores

Sem dúvida, uma boa notícia: o Ministério da Saúde aumentou em 129% o número de bolsas de residência médica financiadas pelo Pró-Residência (Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas). O número total de bolsas financiadas pelo MS em 19 especialidades prioritárias passou de 1.258 (2012) para 2.881 (2013). Também cresceu o número de bolsas de residência multiprofissional, que abrange as demais áreas da saúde: de 843 (2012) para 2.104 (2013).

O valor a ser aplicado este ano é de R\$ 82,7 milhões, sendo R\$ 46,4 milhões para as novas bolsas de residência médica e R\$ 36,3 milhões para as de residência multiprofissional. O valor bruto da bolsa é R\$ 2.861,79 mensais, sendo R\$ 2.350 o valor repassado ao bolsista.

A pediatra Margarida Sofal, conselheira do Sinmed-MG e representante do sindicato no Conselho Deliberativo da Comissão Estadual de Residência Médica (Cerem), órgão educativo e regulamentador das residências médicas no Estado, ligado à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), elogiou a medida, considerada importante para minimizar a carência de profissionais com especialização, em algumas regiões do país.

Para a pediatra, o número de novas bolsas está adequado à realidade do Brasil, “visto que não são todos os hospitais e clínicas médicas de hospitais que têm condições de abarcar uma residência médica”.

Infra-estrutura e preceptoria

O governo destinou, ainda, R\$ 20 milhões para investimentos em infra-estrutura dos hospitais que expandirem as vagas para residência nas especialidades prioritárias para o SUS. A verba será utilizada em reforma e estruturação de bibliotecas,

salas de estudo e laboratórios, e também para a aquisição de material permanente.

Os hospitais receberão, também, recursos mensais, estimados em um total de R\$ 60 milhões, ao longo do ano de 2013, para a manutenção dos programas de residência e o desenvolvimento da preceptoria, com a formação de médicos preceptores que farão o acompanhamento dos residentes.

Segundo Margarida, o Ministério da Saúde está estimulando a formação de preceptores, por meio de parcerias com as instituições de excelência e com a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), devendo capacitar aproximadamente quatro mil preceptores até 2014.

A conselheira do sindicato considera de fundamental importância a valorização dos profissionais que vão acompanhar os residentes. Ela lembra que tanto a ABEM como as entidades médicas nacionais – Fenam, CFM e AMB – estão representadas na Câmara Técnica de Residência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e devem trabalhar juntas.

“Acho que as entidades médicas, que acompanham toda a trajetória profissional do médico, também devem participar dessa formação com realização de congressos médicos e cursos de apoio aos preceptores”, diz. Nesse contexto, ela destaca o papel do sindicato na orientação dos residentes e preceptores sobre seus direitos, que envolvem também condições adequadas de trabalho.

Por fim, Margarida destaca a importância do acompanhamento da implantação dos programas de residência. “O foco da qualidade nunca pode ser perdido. Antes a função cabia também às comissões estaduais, e agora está centralizada na comissão nacional, que precisa cumprir o seu papel”.

INTERIORIZAÇÃO

Provab e exercício social da profissão: soluções polêmicas para tentar resolver o problema da falta de médicos

O Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (Provab), lançado pelo governo e agora com novo edital, e um projeto de lei que obriga médicos formados com recursos públicos a exercício social da profissão são temas que preocupam o sindicato mineiro e a Federação Nacional. Para o sindicato, são soluções precipitadas que não resolvem a questão da interiorização dos médicos

Provab: governo lança novo edital, mas essência continua a mesma

Depois do fracasso da primeira tentativa, quando das 2 mil vagas apenas 381 foram preenchidas, o Ministério da Saúde abriu, em janeiro, novas inscrições para o Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (Provab).

No novo edital (26/dezembro/2012), o governo anunciou mudanças com o intuito de atrair mais médicos. Entre as novidades, uma bolsa mensal de R\$ 8 mil para 40 horas/semanais paga pelo Ministério e não mais pelas Prefeituras e a obrigatoriedade do profissional fazer um curso de pós-graduação, com 12 meses de duração, em Saúde da Família, ministrado pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

Criado em setembro de 2012, o Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (Provab) tem, segundo o Ministério da Saúde, o objetivo de estimular a formação do médico, levando esse profissional para localidades com maior carência. Para as entidades, o Provab é uma forma de



precarização da mão de obra.

Outro aspecto contestado é a bonificação de 10% na nota dos exames de residência para os médicos que tiverem bom desempenho no primeiro ano de atuação no programa. O valor oferecido também está longe do piso da Federação Nacional dos Médicos para 40 horas, em torno de 20 mil.

A Fenam, que na ocasião do lançamento manifestou-se a favor do Provab, por entender que o projeto era uma alternativa para aqueles médicos que vão para o interior, sem vínculos ou garantias trabalhistas, e para melhorar o atendimento à população em cidades mais carentes, reviu sua posição e disse em seu portal que "vai

utilizar todos os meios que dispõe para combatê-lo".

Programa não resolve

O médico Artur Oliveira Mendes, presidente da Associação Mineira de Medicina da Família e da Comunidade e diretor Jurídico do Sinmed-MG, reforça que o Provab pode se tornar um engodo: "Em uma área onde faltam profissionais capacitados, o governo prefere investir abertamente em médicos que estão apenas de passagem pela Estratégia de Saúde da Família. Ou o governo decide o que quer ou teremos mais uma sequência de trabalhadores que tratam a atenção primária, área fundamental para organização do sistema de saúde, como emprego transitório. Ser médico de família e comunidade precisa ter o status de carreira! Ser atrativo financeira e academicamente. Parece estar faltando seriedade dos responsáveis para lidar com o tema".

PL: médicos formados com recursos públicos X comunidades carentes

O Projeto de Lei 168/2012, em tramitação no Senado, está mobilizando as entidades médicas. De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o PL propõe que médicos recém-graduados com recurso público prestem serviços em municípios com menos de 30 mil habitantes, bem como em comunidades carentes localizadas em regiões metropolitanas.

O PL ainda prevê que o exercício social da profissão de médico deve ser cumprido em jornada integral e ex-

clusiva de 40 horas semanais; e exige que as instituições superiores públicas e as privadas que tenham estudantes em regime de gratuidade integral custeadas pelo poder público incluam na organização de seus cursos conteúdos para treinar o futuro médico no exercício social da profissão.

A Federação Nacional dos Médicos (Fenam) já se manifestou contra a proposta, opinião compartilhada pelo Sindicato dos Médicos de Minas Gerais.

Em entrevista à rádio Fenam, o presidente Geraldo Ferreira disse temer que a proposição seja uma tentativa de substituir o plano de carreira. "O Projeto não pode ter a intenção de substituir o trabalho médico. Os profissionais devem ser levados a esses locais distantes por meio de piso salarial adequado e concurso público e não como uma benéfica de troca por ter estudado em universidade pública".

Geraldo Ferreira adianta que a Co-mis-

são de Assuntos Políticos (CAP), formada por representantes da Fenam e das demais entidades médicas, está fazendo uma análise cuidadosa do PLS 168/2012, e levará seu parecer contrário aos relatores, para que o projeto não seja aprovado.

A proposta está pronta para ser votada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Depois do exame na CE, a matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

RUBRICA:	DATA:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
POSTAL EM / /		<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
REINTEGRADO AO SERVIÇO		<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
PORTFOLIO OU SINDICO	OUTROS:	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE
INFORMAÇÃO PRESTADA PELO			

FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT
 ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
 Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG
 Rua Padre Rolim, 11/2º andar - São Lucas - CEP: 30130 090 - BH - MG